



Ex^{mo} Senhor Presidente da
Comissão de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias
da Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: Projecto Law Train – Solicitação de audiência

Lisboa, 26 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente

Organizações portuguesas empenhadas na defesa das liberdades e dos direitos humanos encaram com muita preocupação a participação de Portugal no projecto Law Train em parceria com o Ministério da Segurança Pública de Israel, responsável pelas forças policiais, que são há muito denunciadas por organizações dos direitos humanos e pelas Nações Unidas por integrarem nos seus interrogatórios a tortura, os maus tratos, o racismo e outras formas de violação dos direitos humanos, e responsável também pelas prisões onde se encontram milhares de presos e detidos administrativos (sem culpa formada) palestinos.

O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente – em representação das organizações subscritoras do apelo para que Portugal abandone o projecto Law Train, que se anexa, vem solicitar a V. Ex^a uma audiência para que possam apresentar detalhadamente os fundamentos da sua posição.

Na expectativa de uma resposta favorável, subscrevemo-nos com os nossos respeitosos cumprimentos

Pela Direcção Nacional do MPPM

Maria do Céu Guerra
Presidente

MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

Presidente da Assembleia Geral | Carlos Araújo Sequeira

Presidente da Direcção Nacional | Maria do Céu Guerra

Vice-Presidentes | Adel Sidarus, Carlos Almeida, Frei Bento Domingues

Presidente do Conselho Fiscal | Frederico Gama Carvalho

Rua Silva Carvalho, 184 – 1º Dtº | 1250-258 Lisboa | Portugal | Tel. 213 889 076 | NIPC: 508267030

mppm.palestina@gmail.com | www.mppm-palestina.org | www.facebook.com/mppm.movimento.palestina

O MPPM é uma Organização Não Governamental acreditada pelo Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (Deliberação de 17 de Setembro de 2009)

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DE PORTUGAL DEVE CESSAR A SUA PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO EUROPEU «LAW-TRAIN»

O Ministério da Justiça de Portugal participa, desde 2015, no projecto europeu LAW-TRAIN, financiado pela União Europeia, que visa desenvolver tecnologia para unificar a metodologia para interrogatórios policiais. Um dos seus parceiros neste projecto é o Ministério da Segurança Pública de Israel, responsável pelas forças policiais, que são há muito denunciadas por organizações dos direitos humanos e pelas Nações Unidas por integrarem nos seus interrogatórios a tortura, os maus tratos, o racismo e outras formas de violação dos direitos humanos, e responsável também pelas prisões onde se encontram milhares de presos e detidos administrativos (sem culpa formada) palestinos.

O projecto LAW-TRAIN (*Mixed reality environment for training teams in joint investigative interrogation-Intelligent interrogation training simulator*) é coordenado pela universidade israelita de Bar-Ilan, e nele participam o Ministério da Segurança Pública de Israel, o Ministério da Justiça de Portugal (através da Polícia Judiciária), o Service Public Fédéral Justice (Ministério da Justiça) da Bélgica e o Ministério do Interior de Espanha/Guardia Civil, a empresa israelita Compedia, a Universidade Católica de Leuven (Bélgica), o INESC-ID (Lisboa), a IDENER (Sevilha), e a USECON (Viena). É financiado pela União Europeia através do programa Horizonte 2020 com o montante de EUR 5 095 687.

Com a sua cooperação, a UE e os países participantes no projecto LAW-TRAIN, incluindo Portugal, estão, objectivamente, a validar o sistema israelita de controlo e repressão militar, que inclui metodologias de «interrogatórios» ilegais, e ajudam à sua manutenção, dando-lhe cobertura política e moral. Com isso violam as suas obrigações perante o direito internacional e mancham o seu dever de defender a justiça e os direitos humanos.

A Constituição da República Portuguesa prescreve que Portugal se rege nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos humanos, dos direitos dos povos.

As organizações signatárias, comprometidas com a defesa da liberdade e o respeito pelos direitos humanos, protestam contra este envolvimento de Portugal com entidades que fazem da negação destes valores a sua missão e reclamam do Governo português que faça cessar de imediato a sua participação no projecto LAW-TRAIN, porque consideram que é de todo inaceitável que instituições do Portugal democrático estejam associadas no projecto a órgãos repressivos do Estado de Israel.

Lisboa, 20 de Julho de 2016

Organizações signatárias:

Associação 25 de Abril
Associação Abril
Associação Água Pública
Associação Conquistas da Revolução
Associação dos Amigos do Teatro da Liberdade da Palestina (Portugal)
Associação Portuguesa dos Juristas Democratas
Colectivo Mumia Abu Jamal
Comité de Solidariedade com a Palestina - BDS Portugal
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI
Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos
Conselho Português para a Paz e Cooperação
Frente Anti-Racista
Grupo Acção Palestina
Movimento Democrático de Mulheres
Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
SOS Racismo
União de Mulheres Alternativa e Resposta
União de Resistentes Antifascistas Portugueses